

## A mobilização de vozes enunciativas no gênero “artigo de opinião como redação de vestibular”

*The mobilization of enunciative voices in the genre “opinion piece as an essay for a college entrance exam”*

Gabriela Pepis BELINELLI (UENP)  
*gabriela\_pepis@outlook.com*

Eliana Merlin Deganutti de BARROS (UENP)  
*elianamerlin@uenp.edu.br*

Recebido em: 23 de jul. de 2020.  
Aceito em: 18 de set. de 2020.

BELINELLI, Gabriela Pepis; BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. A mobilização de vozes enunciativas no gênero “artigo de opinião como redação de vestibular”. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 11, n. 1, e2000, p. 1-23, jan.-abr./2021. DOI: 10.22168/2237-6321-12000.

**Resumo:** Esta pesquisa tem como pilar teórico os estudos do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 2003, 2006) direcionados às vozes enunciativas. Pauta-se na noção de gêneros textuais e sua expansão para o contexto de avaliação escrita do vestibular, tendo como objeto de análise redações escritas por candidatos ao vestibular de 2018 da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). O objetivo geral é analisar como se dá a inserção de vozes na argumentação do gênero “artigo de opinião como redação de vestibular”. Entre os resultados, a análise aponta para a mobilização de vozes do senso comum como estratégia argumentativa, mesmo em textos com notas mais expressivas, característica que sugere uma modelização singular para esse gênero.

**Palavras-chave:** Interacionismo Sociodiscursivo. Gêneros Textuais. Vozes.

**Abstract:** This research has as a theoretical basis the studies of Socio-discursive Interactionism (BRONCKART, 2003, 2006) concentrated on the enunciative voices. It is guided in the notion of textual genres and their expansion to the context of written evaluation of the college entrance exam, having as an object of analysis essays written by candidates for the 2018 college entrance exam of the State University of Northern Paraná (UENP). The general purpose is to analyze how the insertion of voices occurs in the argumentation of the genre “opinion piece as an essay for a college entrance exam”. Among the results, the analysis indicates the mobilization of common-sense voices as an argumentative strategy, even in the texts with more expressive grades, a characteristic that suggests a singular modeling for this genre.

**Keywords:** Socio-discursive Interactionism. Textual Genres. Voices.

## Introdução

Como destaca Lemke (2010, p. 457), “um letramento é sempre um letramento em algum gênero”, ou seja, não podemos falar de letramento de uma forma descontextualizada, sem levar em consideração o gênero que medeia a prática de linguagem. É a partir dessa observação que problematizamos a inserção de gêneros que circulam socialmente como referência para as redações dos concursos vestibulares, em especial, o artigo de opinião. Isso porque muitos pesquisadores que investigam o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa na Educação Básica têm observado o efeito retroativo que as provas de redação dos vestibulares desempenham no (re)direcionamento do ensino, sobretudo, no Ensino Médio (cf. SILVA; ARAÚJO, 2009). Tal fato tem impulsionado estudiosos da linguagem a investigarem a produção de textos no contexto de seleção de vestibular (cf. STRIQUER; BARROS, 2020; SILVA, 2018; HASS; GUIMARÃES, 2014; entre outros).

É possível dizer que o letramento requerido pelo candidato de um concurso vestibular que solicita a escrita, por exemplo, de um artigo de opinião, ao produzir a redação, é o mesmo requerido de um articulista que produz artigos de opinião para um jornal? Evidentemente que não, embora muitos aspectos da prática da escrita jornalística opinativa ainda permaneçam. É por esse motivo que, assim como Striquer e Barros (2020), consideramos o *artigo de opinião como redação de vestibular* um gênero distinto do gênero de referência social, embora mantendo características semelhantes com esse.

Ao deslocar-se do seu contexto social de produção e recepção, o gênero passa por rupturas nos parâmetros situacionais: “o autor assume outros papéis sociais; os destinatários são outros; o tempo e espaço de produção também, conseqüentemente, os elementos linguístico-

discursivos refletem esses aspectos” (STRIQUER; BARROS, 2020, p. 200). Compreendemos, pois, que o gênero “artigo de opinião como redação de vestibular” origina-se de um conflito entre dois contextos de produção: um *virtual*, que busca referências na esfera jornalística, campo de atuação social do artigo de opinião; outro *real*, implicado na situação avaliativa do concurso vestibular. Nesse sentido, o texto produzido pelo candidato emerge das representações, nem sempre harmoniosas, desses dois contextos imediatos.

A fim de entender quais letramentos são requeridos de candidatos ao vestibular no seu processo de produção escrita de artigos de opinião, na dupla representação contextual própria dessa situação de comunicação, temos buscado investigar vários aspectos implicados nesse processo, entre eles, o *gerenciamento de vozes enunciativas* — que trazemos como escopo analítico deste artigo. Entendemos que é preciso compreender e problematizar essa prática letrada escrita, a fim de dar suporte às instituições escolares que, em processo refratário, a tomam como objeto de ensino.

Para tanto, esta pesquisa<sup>1</sup> ancora-se, teoricamente, nos estudos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) direcionados à arquitetura interna dos textos, em especial, em um dos aspectos dos mecanismos enunciativos: o *gerenciamento das vozes* (BRONCKART, 2003). Pauta-se, também, na noção de *gêneros textuais* (BRONCKART, 2003) e sua expansão para o contexto de avaliação escrita do vestibular (STRIQUER; BARROS, 2020). Metodologicamente, privilegia uma abordagem qualitativa, de cunho documental, tendo como objeto de análise redações escritas por candidatos ao vestibular de 2018 da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). O objetivo é analisar como é realizado o *gerenciamento das vozes* na produção de artigos de opinião como redação de vestibular e a influência desse processo na caracterização desse gênero.

### **Interacionismo Sociodiscursivo e sua teorização sobre gêneros textuais**

O Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), proposto por Bronckart (2003), diz respeito a uma corrente centrada no Interacionismo Social vygotskyano e nas atividades de linguagem, entendidas como características da conduta humana, que são socialmente contextualizadas

<sup>1</sup> Este artigo vincula-se ao projeto de pesquisa “A escrita de textos argumentativos em contexto de vestibular” desenvolvido na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, por meio do parecer consubstanciado CAAE nº 95902418.4.0000.812.

e essenciais para estabelecer comunicação entre os indivíduos. Para Bronckart (2003) e demais pesquisadores do Grupo de Genebra, a linguagem é vista como uma atividade social contextualizada, a qual parte da necessidade que o homem possui de agir e interagir em seu meio. Tais atividades sociais se ancoram em ações de linguagem situadas, as quais se materializam em textos/discursos que sempre se configuram em algum gênero de texto, a fim de suprir as necessidades da comunicação humana. Por exemplo, na atividade social acadêmica, se um estudante perde uma prova e precisa comunicar esse fato ao professor, faz-se necessário que ele empreenda uma ação de linguagem, elaborando um texto, que pode ser, entre um rol de possibilidades do *arquitexto* (BRONCKART, 2006) correspondente, um requerimento de segunda chamada (gênero de texto), para suprir a necessidade comunicativa.

Nesse sentido, todo texto é advindo de uma ação de linguagem, assim como só é concretizado por meio do empréstimo de um gênero a um *arquitexto*. Portanto, pode-se dizer que toda interação social requer a apropriação de um gênero, o qual deve ser adaptado, pelo agente-produtor, à situação de interação. Assim como afirma Bronckart (2003), a apropriação dos gêneros é fundamental para a socialização e para as atividades comunicativas.

Para dar conta da descrição das práticas de linguagem que permeiam nossa sociedade, Bronckart (2003) elabora um quadro com categorias para análise de textos/gêneros, composto por dois grandes pilares, o contexto/condições de produção e a arquitetura interna dos textos. Esta última é dividida em três níveis: 1) a infraestrutura geral do texto; 2) os mecanismos de textualização; 3) os mecanismos enunciativos. A infraestrutura geral do texto envolve o plano textual global, os tipos de discurso e as formas de planificação textual, ou seja, os tipos de sequência. Os mecanismos de textualização são responsáveis por dar coerência articulatória ao texto, os quais são analisados, pelo ISD, por três categorias: a conexão, a coesão nominal e a coesão verbal. Já os mecanismos enunciativos envolvem o *gerenciamento das vozes* e a modalização dos enunciados.

Nesta pesquisa, focalizamos o nível dos mecanismos enunciativos, com o intuito de analisar o *gerenciamento das vozes* em artigos de opinião como redação de vestibular escritos por vestibulandos da UENP, no concurso de 2018.

## **Mecanismos enunciativos na perspectiva do ISD: gerenciamento de vozes enunciativas**

De acordo com Bronckart (2003), o nível dos mecanismos enunciativos está relacionado à coerência pragmática do texto, tanto no que se refere às avaliações do agente–produtor (modalizações) quanto às instâncias enunciativas que são mobilizadas (vozes enunciativas). Os mecanismos enunciativos explicitam “as diversas avaliações (julgamentos, opiniões, sentimentos) que podem ser formuladas a respeito de um ou outro conteúdo temático e [...] as próprias fontes dessas avaliações” (BRONCKART, 2003, p. 319).

Bronckart (2003) também afirma que há um agente empírico que realiza a ação de linguagem, que pode ser associado à noção mais genérica de “autor”. Entretanto, ao criar um mundo discursivo (mundo virtual da linguagem), o agente–produtor (síntese do agente empírico e discursivo) mobiliza um conjunto de vozes para gerenciar os seus atos discursivos. Para melhor compreender esse fenômeno, faz-se necessário elucidar a noção de mundos discursivos e de instâncias de enunciação. O autor genebrino chama de mundo ordinário os mundos representados empiricamente pelos agentes humanos, e de mundos discursivos os virtuais, criados pelas atividades de linguagem. De acordo com o autor, embora todas as representações mobilizadas pelo agente–produtor estejam localizadas no mundo ordinário da ação de linguagem, é no mundo discursivo que se processam as operações de responsabilização enunciativa. A partir do aspecto conjunção/disjunção entre essas duas instâncias (mundo ordinário e discursivo), o ISD distingue dois mundos discursivos: Mundo do Narrar (disjunto em relação ao momento da enunciação) e Mundo do Expor (conjunto em relação ao momento da enunciação).

Esses dois mundos discursivos são, ainda, subdivididos quanto à sua implicação ou não em relação aos parâmetros contextuais. Um texto implica os parâmetros de ação de linguagem quando explicita as relações que suas instâncias de agentividade mantêm com os parâmetros físicos da ação de linguagem (emissor, receptor, lugar físico, momento de produção), por meio de referências dêiticas. Por sua vez, quando um texto não explicita essas relações, dizemos que ele está em relação de autonomia com os parâmetros da ação de linguagem: suas instâncias de agentividade mantêm uma relação de interdependência ou indiferença com os parâmetros da ação comunicativa em curso. A partir do exposto,

o ISD distingue quatro mundos discursivos e, conseqüentemente, quatro tipos de discurso: 1) o mundo do narrar implicado (relato interativo); o mundo do narrar autônomo (narração); o mundo do expor implicado (discurso interativo) e o mundo do expor autônomo (discurso teórico).

Com relação às instâncias enunciativas do texto, Bronckart (2003) as identifica como: 1) *textualizador* (voz neutra), 2) *narrador* (voz própria da ordem do narrar), 3) *expositor* (voz própria da ordem do expor). O textualizador seria a instância geral, à qual estão subordinados o narrador, relacionado ao gerenciamento discursivo da ordem do narrar, e o expositor, ligado ao gerenciamento discursivo da ordem do expor. É essa instância geral que processa todo o *gerenciamento das vozes enunciativas*, as quais podem ser definidas como

[...] as entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado. Na maioria dos casos, é a instância geral da enunciação que assume diretamente a responsabilidade do dizer. Essa **voz**, que se poderia chamar de **neutra**, é, portanto, conforme o tipo de discurso, ou a do narrador ou a do expositor [...] (BRONCKART, 2003, p. 326 – grifos do autor).

## 6

A instância geral da enunciação pode mobilizar várias outras vozes, que Bronckart (2003) denomina de *vozes secundárias*, as quais são divididas em três categorias — *vozes de personagens*, *vozes sociais* e *voz do autor* — conforme definimos no quadro a seguir:

**Quadro 1** – Subdivisão das vozes secundárias

VOZES DE PERSONAGENS	VOZES SOCIAIS	VOZ DO AUTOR
“[...] são as vozes procedentes de seres humanos ou de entidades humanizadas implicados, na qualidade de agentes, nos acontecimentos ou ações constitutivas do conteúdo temático de um segmento do texto” (p. 327).	“[...] são as vozes procedentes de personagens, grupos ou instituições sociais que não intervêm como agentes no percurso temático de um segmento do texto, mas que são mencionados como instâncias externas de avaliação de alguns aspectos desse conteúdo” (p. 327).	“[...] é a voz que procede diretamente da pessoa que está na origem da produção textual e que intervêm, como tal, para comentar ou avaliar alguns aspectos do que é enunciado” (p. 327).

Fonte: as autoras, em conformidade com Bronckart (2003).

Dadas essas noções, buscamos analisar como se dá a inserção, explícita ou implícita, de vozes enunciativas em artigos de opinião como redação de vestibular, a partir de um *corpus* compilado por redações produzidas por candidatos ao concurso vestibular a UENP (2018).

Antes, porém, apresentamos um breve panorama acerca do gênero “artigo de opinião”, referência para a escrita da prova de redação em análise e, em seguida, uma discussão sobre a redação escolar e de vestibular.

### **Artigo de opinião: um gênero argumentativo da esfera jornalística**

O artigo de opinião é um gênero originalmente pertencente à esfera jornalística. Melo (1985 *apud* BONINI, 2003, p. 213) classifica os gêneros do jornal de acordo com a intencionalidade e a natureza estrutural dos relatos. Para esta última, o autor aponta duas categorias: o jornalismo opinativo e o jornalismo informativo. Levando em consideração essa classificação, o artigo de opinião estaria atrelado ao jornalismo opinativo, embora essa dicotomia seja atualmente muito questionada no campo jornalístico, uma vez que nem sempre os discursos se dividem tão claramente entre essas duas instâncias (cf. BARROS, 2015), em razão do imbricamento entre informação e opinião, cada vez mais evidenciado no campo jornalístico. Independentemente dessa suposta dicotomia, não há como negar que o artigo de opinião “desempenha importante papel na sociedade, pois é um meio de interação entre o autor e os leitores de jornais e revistas impressas e de circulação online” (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009, p. 1).

Segundo Köche (2012, p. 33), o artigo de opinião “[...] consiste em um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa”. Bräkling (2000 *apud* KÖCHE, 2012, p. 33) vai além, pois, para a autora, ele “busca convencer o outro sobre determinada ideia, influenciando-o e transformando seus valores por meio da argumentação a favor de uma posição, e de refutação de possíveis opiniões”. Nesse sentido, a concepção desse gênero ultrapassa a apresentação de opiniões, pois prevê uma trama argumentativa que visa, em última instância, convencer o interlocutor a aderir ao ponto de vista do articulista. Entretanto, para Lopes-Rossi (2010, p. 5), o artigo de opinião não visa ao convencimento, já que, para a autora, o propósito comunicativo do gênero “é colocar um assunto em discussão, mostrar um ponto de vista e provocar outras discussões, pois os leitores não são obrigados a concordar” com a opinião do articulista. Seja o propósito convencer o leitor ou provocar discussões, todos concordam que é a discursividade argumentativa que move o ato comunicativo desse gênero.

Para Santos e Hack (2009, p. 4), a efetividade do artigo de opinião relaciona-se diretamente não apenas com “a pertinência dos argumentos expostos, como também com as estratégias discursivas usadas para persuadir o leitor”. Os autores citam, a título de exemplo, algumas estratégias que servem como recursos para fundamentar os argumentos usados na validade da tese:

[...] acusações claras aos oponentes, as ironias, as insinuações, as digressões, as apelações à sensibilidade ou, ao contrário, a tomada de distância através do uso das construções impessoais, para dar objetividade e consenso à análise realizada; a retenção em recursos descritivos – detalhados e precisos –, ou em relatos em que as diferentes etapas de pesquisa estão bem especificadas com uma minuciosa enumeração das fontes da informação (SANTOS; HACK, 2009, p. 4).

De forma geral, os autores que tomam esse gênero como objeto de estudo colocam a argumentação como uma de suas principais características. O produtor do texto, também chamado de articulista, deve se posicionar perante uma questão polêmica e selecionar argumentos e contra-argumentos para defender seu ponto de vista. Vale ressaltar que uma questão só é polêmica se gerar discussão social, ou seja, se houver diferentes posicionamentos (a favor e contra). Nesse sentido, percebemos a importância do gênero “artigo de opinião” como formador de uma consciência crítica. O articulista, no processo de produção de um artigo de opinião, precisa trabalhar com a sua criticidade, expor o seu ponto de vista e buscar justificá-lo. Da mesma forma, ao ler um artigo de opinião, o sujeito pode se deparar com um posicionamento diferente do seu, o que pode desenvolver ainda mais o seu pensamento crítico sobre determinados assuntos.

Já Rodrigues (2001) incorpora outro aspecto ao gênero, o fato de ele apresentar uma *resposta valorativa* (BAKHTIN, 2016) diante dos acontecimentos sociais. Nesse sentido, “o artigo é um gênero que se caracteriza discursivamente como uma réplica dialógica a esses acontecimentos sociais, diante dos quais o autor se posiciona” (RODRIGUES, 2001, p. 163). Dessa forma, o gênero estaria em processo dialógico constante com a sociedade, com seus campos de atuação, com os problemas e dilemas enfrentados pelo ser humano na política, economia, educação, cultura, entre muitas outras esferas de comunicação.



## **Redação escolar, redação como instrumento de avaliação da escrita de vestibulares, gêneros de referência social como redação de vestibular**

Como muitos estudos revelam, o conceito de redação escolar ainda está bastante arraigado no contexto de ensino e aprendizagem institucionalizado (cf. BRITTO, 2003; ANTUNES, 2009), mesmo com as propostas curriculares oficiais indicando uma direção oposta: o ensino da escrita fundamentado em práticas de linguagem autênticas e ancorado em gêneros de textos que circulam socialmente (BRASIL, 1998, 2019). Como bem esclarece Britto (2003, p. 166):

[...] a redação escolar é um exercício cujo objetivo é treinar o aluno nas técnicas de escritura, que iriam desde o uso adequado das convenções da escrita (ortografia, concordância, acentuação, pontuação, etc.) até a concatenação lógica do texto (coesão e coerência textual). Nestas condições, o aluno não lê um texto pelo valor que ele pode ter ou em função de um interesse determinado, nem redige como um ato interlocutivo de fato, mas apenas como um treinamento. Do mesmo modo, o professor não lê o texto, ele avalia a produção do aluno em função de seus erros e acertos (BRITTO, 2003, p. 166).

Essa noção de redação escolar como ferramenta avaliadora da escrita foi incorporada pelos concursos vestibulares que, dentre seus objetivos, intencionam aferir as capacidades escritoras dos candidatos. A noção clássica de redação escolar, ancorada nas tipologias textuais — descrição, narração e dissertação — dominaram, por muito tempo, as propostas das redações dos vestibulares. A partir da publicação do Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – BRASIL, 1998), que introduziu uma mudança de paradigma para o ensino da língua pautado na noção de gêneros textuais/discursivos, muitos vestibulares passaram a solicitar, em suas propostas, a escrita de gêneros de referência social: carta do leitor, editorial, resposta argumentativa, conto, artigo de opinião, etc. Nesse processo, o Ensino Médio passou a tomar os gêneros normalmente solicitados pelos concursos vestibulares como objetos de ensino. Silva e Araújo (2009, p. 135), por exemplo, concluíram que as propostas das provas escritas do vestibular analisado em sua investigação, baseadas em gêneros, causaram “um efeito retroativo específico e positivo nas escolas públicas, visto que os professores indicavam em suas aulas [...] vários gêneros para a produção”.

Esse processo levou muitos pesquisadores a investigarem a prática de escrita nos concursos vestibulares, trazendo para o bojo das discussões a noção de gêneros — textuais ou discursivos. Uma

das perguntas que moviam (e ainda movem) os estudos é: a redação de vestibular pode ser considerada um gênero? A discussão é bastante complexa e tem mobilizado diversos construtos teóricos. Não há, até os dias de hoje, um consenso acadêmico sobre essa problemática.

Muitos autores, ancorando-se em perspectivas teórico-metodológicas diversas, acreditam que a redação de vestibular é um gênero, como conclui Brito (2016):

[...] enquanto prática discursiva ligada a campos da atividade humana, a redação de vestibular deve ser compreendida não simplesmente como um tipo de texto (como um conjunto fechado de sequências tipológicas), mas, como um gênero discursivo (BRITO, 2016, p. 19).

Para fazer sua justificativa, o autor contrapõe as noções de gênero e tipologia textual. Isso porque, historicamente, como já comentado, a redação de vestibular buscou como referência a redação escolar pautada nas tradicionais tipologias. Com um olhar específico para proposições de concursos pautadas em gêneros, algumas pesquisas passaram a tentar caracterizar, por várias perspectivas teóricas, a prática de escrita nesse contexto. No bojo dessas discussões, alguns autores têm concebido a redação de vestibular como gênero textual, mas incorporando adjetivos como “híbrido” (WILSON, 2012), “heterogêneo” (PAVANI; KÖCHE; BOFF, 2006), para destacar a impossibilidade de dar uma denotação genérica à diversidade linguístico-discursiva da estrutura composicional do gênero, uma vez que essa depende, majoritariamente, do gênero de referência social solicitado pelo concurso. É levando em conta essa impossibilidade de caracterizar genericamente a redação do ponto de vista da sua infraestrutura textual (BRONCKART, 2003), que Hass e Guimarães (2014, p. 87) concluíram que “a redação de vestibular não pode ser considerada um gênero textual”. Segundo as autoras,

Com base em Schneuwly e Dolz (2004), Bronckart (1999) e Bakhtin (2003), pudemos construir um conceito de gênero que pressupõe uma estrutura pré-existente reconhecível pelos enunciadores [...], mas também implica as representações que os falantes fazem da situação de comunicação em que se encontram. Ora, no caso das redações de vestibular, apenas o segundo elemento está presente. No tocante à configuração estrutural [...], existe uma variedade [...]. Assim, embora se configure uma situação de comunicação reconhecível pelos falantes (a do vestibular), o mesmo não ocorre com o reconhecimento da estrutura composicional [...] (HASS; GUIMARÃES, 2014, p. 88).

No entremeio dessas perspectivas apresentadas, temos adotado um posicionamento diferente. Consideramos que, se há texto, há uma entidade genérica, ou seja, não há como desconsiderar a ideia de que o texto escrito pelo candidato se configure em um gênero. Mas que gênero seria esse? Aderimos à perspectiva de Striquer e Barros (2020), ao considerarem uma fusão entre o gênero de referência social adotado pelo concurso (no caso da nossa pesquisa, o artigo de opinião) e o gênero escolar fundado na aferição da escrita do vestibulando (a redação de vestibular). No caso do vestibular da UENP, objeto da nossa análise, consideramos que o gênero é o *artigo de opinião como redação de vestibular*. Isso porque, diferentemente de Hass e Guimarães (2014), entendemos que há uma dupla situação de produção ao se buscar um gênero que circula socialmente como referência para a escrita da redação. O candidato a uma vaga da UENP, por exemplo, para produzir seu texto, configurado nos moldes de um artigo de opinião, fica diante de dois contextos: I) um *virtual*, representado pela proposta do vestibular, que pede que o candidato produza um artigo de opinião e, para tanto, assuma o papel de um leitor que intenciona publicar seu ponto de vista em relação a uma questão polêmica em um jornal; II) o outro, *real*, que representa o concurso, ou seja, um vestibulando que intenciona entrar em uma universidade e, para isso, precisa mostrar para a banca avaliadora que tem capacidade escritora para escrever o texto proposto, a partir das regras impostas pelo vestibular (sobre contexto virtual e real, cf. SILVA, 2018).

Dessa forma, assim como Striquer e Barros (2020), consideramos que a denominação da instância genérica que configura a prática de escrita do vestibular analisada não pode ser simplesmente artigo de opinião ou redação de vestibular, mas *artigo de opinião como redação de vestibular*. E é a partir desse ponto de vista que analisamos o *gerenciamento das vozes* enunciativas no *corpus* selecionado, o qual descrevemos a seguir.

### **Análise do corpus da pesquisa: as vozes mobilizadas por candidatos ao vestibular**

Para a análise em questão, são utilizados exemplares de redação do vestibular do processo seletivo de 2018 da UENP, cuja proposta solicitava que o candidato produzisse um artigo de opinião, assumindo o papel social de um leitor de jornal que intenciona publicar seu ponto

de vista em relação à questão polêmica: “De modo geral, o ativismo nas redes sociais, ou ciberativismo, tem repercussões significativas na sociedade ou fica restrito ao mundo virtual?” (UENP, 2018).

O *corpus* selecionado procurou abranger textos que obtiveram notas variadas na correção, sendo: de 3,1 a 5,0, de 5,1 a 7,0 e de 7,1 a 8,5. A análise tem como foco a mobilização, pelo candidato — que assume o papel de articulista de jornal — de *vozes sociais e de personagens*, tomadas como *vozes de autoridade*, na textualidade argumentativa. Na sequência, trazemos a descrição do *corpus* analisado:

**Quadro 2** – Descrição do *corpus*<sup>2</sup>

NOTAS	CORPUS
3,1 a 5,0 (N1)	1. “Mundo virtual” (T1)
	2. “Prós e contras das redes sociais” (T2)
5,1 a 7,0 (N2)	3. “Tudo na internet tem uma reação” (T3)
	4. “Ativismo e cyberativismo: até onde irá a rede social” (T4)
7,1 a 8,5 (N3)	5. “Ativismo atrás das telas” (T5)
	6. “Impacto cibernético: é preciso ajustar o ângulo” (T6)

Fonte: as autoras.

Nossa análise procurou abranger as três categorias de *vozes secundárias* sistematizadas por Bronckart (2003) — *vozes sociais, de personagens e do autor* —, associando-as aos três níveis diferentes do *corpus* selecionado — níveis 1, 2 e 3 (ver quadro 3) —, a partir de uma análise sequencial das seis redações do *corpus*. Nesse sentido, procuramos comparar as diferentes estratégias de argumentação e verificar como as *vozes* estão sendo mobilizadas pelos candidatos na elaboração de artigos de opinião como redação de vestibular. A primeira constatação obtida a partir da nossa análise exploratória relaciona-se ao fato de que, nos seis textos selecionados, há a mobilização de diferentes *vozes secundárias* para auxiliar na construção da argumentação.

Uma *voz social* bastante presente no *corpus* analisado são aquelas relacionadas ao que costumamos chamar de *senso comum*, como no T1, em que o agente-produtor redige sua introdução trazendo à tona questões do senso comum, isto é, valendo-se de frases/ideias provenientes de *vozes sociais* que são frequentemente reproduzidas

<sup>2</sup> Vale ressaltar que os textos não são colocados como anexos do artigo. Na análise, trazemos excertos que consideramos essenciais para a ilustração dos resultados. Além disso, usamos os trechos da maneira em que foram escritos, mesmo que contenham erros ortográficos e gramaticais. Para referenciar o *corpus* utilizamos T para Texto e N para Nível da nota, acompanhados dos números correspondentes.

no cotidiano das pessoas, espécies de clichês sociais, como podemos observar nesse excerto:

*As redes sociais é uma grande influência em nossas vidas desde distrações a trabalho, e isso pode não ser tão bom, como tem seus benefícios tem seus malefícios também, a internet cega as pessoas do que realmente precisam ver (T1-N1).*

A rede semântica utilizada pelo agente-produtor na introdução é, no decorrer do texto, retomada, reiterada — “mundo virtual”, “comunidades”, “redes sociais”, etc. — estendendo a noção de senso comum já emergida no início do texto, inclusiva para a conclusão do texto.

O T1 mobiliza também, explicitamente, uma *voz de personagem* como recurso argumentativo, conhecida nos estudos retóricos como *voz de autoridade*: a do filósofo americano William James:

*[...] O ativismo é um exemplo disso, em redes sociais todos apoiam e participam de grupos, comunidades, mas se não existisse essa forma de participar e muitas vezes divulgar a ação, o evento, etc., que é algo muito bom, poucas dessas pessoas participam e ajudam realmente, isso acaba ficando no mundo virtual. Como disse o filósofo William James “o ser humano pode alterar sua vida alterando suas atitudes mentais [...]” (T1-N1).*

Para tanto, o candidato aciona uma *citação direta*, recurso utilizado para expressar o que, supostamente, o filósofo teria dito na íntegra. Ou seja, ele prefere não trazer tal voz por meio de paráfrase, mas aspeá-la para dar maior sustentação à sua argumentação. Na nossa análise acrescentamos o advérbio “supostamente”, pois essas citações de intelectuais, muito mobilizadas em provas dissertativas, são, quase sempre, traduções e releituras abordadas em disciplinas do Ensino Médio ou em cursinhos preparatórios para o vestibular; além disso, é o vestibulando que está associando a fala ao filósofo, o que não garante veracidade discursiva. Para a inserção dessa citação, observamos que o agente-produtor optou pelo uso de um verbo do dizer “neutro” — *disse* — para introduzir a voz alheia, o qual não carrega em si uma carga valorativa explícita.

Na nossa análise, notamos, também, que é comum o candidato, ao mobilizar uma *voz de personagem*, fazer menção à profissão/ocupação da pessoa, a fim de deixar claro que não se trata de qualquer pessoa, mas sim de uma autoridade — no excerto de T1, um filósofo. Contudo, no exemplo apresentado, essa *voz de autoridade* é encaixada no texto de forma incoerente, pois não se articula à argumentação em curso. Ela serve apenas como um “argumento para impressionar a banca”, para mostrar que quem escreve tem conhecimentos advindos de esferas eruditas, prestigiados pela escola, o que reforça o nosso ponto de vista de classificar o artigo de opinião como redação de vestibular como um gênero distinto do gênero de referência — o artigo de opinião jornalístico —, já que há, notoriamente, um *interlocutor real* (banca composta por especialistas) conflitando com um *interlocutor virtual* (leitores de jornal) (cf. STRIQUER; BARROS, 2020).

No T2, da mesma forma que no T1, a introdução também é elaborada buscando respaldo em *vozes sociais* advindas do senso comum: “*vivemos atualmente em uma sociedade muito conectada*” (T2-N1). No decorrer desse texto, há uma tentativa de se aproximar do leitor, mantendo certa interatividade, mesmo que simulada com o recurso da pergunta retórica: “*agora a pergunta que não quer calar. Qual a maneira de se beneficiar com as diversas formas de redes sociais?*” (T2-N1). A pergunta retórica revela a *voz do autor*, da teoria bronckartiana, uma vez que mesmo sabendo que o leitor não vai responder, a pergunta é feita como uma estratégia de instaurar um diálogo entre autor-leitor. Essa estratégia de aproximação, que revela a *voz do autor*, também pode ser vista nos trechos: 1) “[...] *podemos dizer que ela é uma grande aliada para jovens [...]*” (T2-N1), em que o uso do pronome pessoal de primeira pessoal do plural “nós” coloca o autor para dentro do discurso; 2) “[...] *mas cuidado, pois ela pode se tornar algo ruim a qualquer momento [...]*” (T2-N1), em que o uso do modo imperativo implica o outro no discurso, simulando um diálogo explícito entre enunciador e destinatário.

O T2 apresenta, também, a mobilização de *vozes de personagens*. No trecho “*peças mais velhas dizem*”, diferentemente das *vozes de autoridade*, normalmente citadas nos artigos de opinião (jornalistas, filósofos, sociólogos, etc.), o agente-produtor traz uma *voz coletiva/genérica* representada por “peças mais velhas”, o que não deixa de ser, também, um conhecimento adquirido no cotidiano social, advindo do senso comum. Mais adiante, no excerto “[...] *podemos ver em documentários jovens caindo em perfil falso [...]*” (T2-N1), constatamos

que o autor não tem dados precisos para sustentar seu argumento, logo, traz informações bastante genéricas, mas, embora não impute uma ação direta ao documentário — não há um verbo do dizer, o qual entraria no lugar do personagem como uma entidade humanizada — o autor traz essa voz de forma indireta para auxiliar na argumentação. O que percebemos é que essas vozes genéricas/coletivas, na falta de outras que pudessem sustentar com mais autoridade a argumentação, são usadas como recursos persuasivos do discurso do candidato.

No T3, o autor faz uso da expressão “*pode-se afirmar*” (T3-N2) que, já de início, demonstra uma informação do senso comum, isto é, uma expressão utilizada como se a sociedade “provasse” o que foi declarado como verdade, o que revela, implicitamente, um acionamento de uma voz social genérica como recurso argumentativo, mas também um imbricamento da voz do autor que se coloca como autoridade para atestar algo como verdade. Essa observação é corroborada com o uso, em outros momentos do texto, da primeira pessoa do plural, como em “podemos”, em que o agente-produtor se inclui no discurso, trazendo à tona a voz do autor.

Ainda no T3, vemos o argumento:

*[...] outro problema do ativismo na internet é que tudo que é divulgado nela está sendo exposto e sujeito a críticas e acaba interferindo no nosso dia a dia [...] igual o caso de uma foto postada na rede social por alguns alunos do terceiro ano do ensino médio que estavam fantasiados de faxineiras, vendedores, moradores de rua entre outros e colocaram a legenda ‘se nada der certo’ que indicava que se eles não passarem no vestibular isto é o que restava para eles e muitas pessoas ficaram indignadas com aquela postagem [...]* (T3-N2).

Consideramos que neste caso a argumentação não é ruim, pois, mesmo trazendo um argumento genérico, advindo de vozes do senso comum, diferentemente dos textos anteriores, há exemplos e fatos para dar suporte à argumentação. Nos primeiros textos analisados, o textualizador, ou seja, a instância geral da enunciação, mobiliza vozes sociais genéricas e vozes coletivas de personagens provenientes do senso comum, mas de uma forma desconexa, sem dar coerência temática. Em T3, pertencente ao nível 2 do corpus, já podemos perceber uma diferença: o uso de exemplos e fatos como suporte para argumentação.

Observamos, por fim, em T3, a mobilização da voz do filósofo Immanuel Kant para o fechamento do texto:

*Portanto, tudo que fazemos na internet terá uma reação, pois temos muitas pessoas com pensamentos diferentes e também muitos indivíduos conectadas a ela ocasionando assim grandes diferença no mundo, fazendo com que todos expressem como bem entender só devemos ter educação, porque como Immanuel Kant diz “O ser humano é aquilo que a educação faz dele”(T3-N2).*

Novamente, constatamos que a voz do personagem (filósofo) não estabelece articulações com o restante do texto, representando uma espécie de “alegoria discursiva” para simular uma argumentação consistente e, com certeza, impressionar a banca avaliadora, formada por especialistas da área. Nesse caso, a *situação real de produção* (concurso vestibular) parece se sobrepor à *virtual* (escrita de artigo de opinião para um jornal).

O senso comum é, também, no T4, trazido como *voz social* para dar início ao texto: “É notório não somente no Brasil, mas em diversos países que, a internet é um dos meios mais eficientes para se comunicar [...]” (T4-N2). Nesse caso, faz-se uso de um *modalizador lógico* (BRONCKART, 2003), “é notório”, que indica que algo é amplamente conhecido, público. O uso dessa expressão passa a ideia de que a afirmação foi validada pela sociedade, ou seja, que já faz parte do senso comum. Dessa forma, não é somente acionar uma *voz do senso comum*, é também procurar, discursivamente, dar credibilidade a ela.

No T4, o agente-produtor utiliza, assim como em T2 e T3, a primeira pessoa do plural: “[...] É comum *acharmos* que a maioria dos encontros ativistas que começam na rede social são para reivindicar direitos perante o Estado [...]” (T4-N2). Nesse exemplo é preciso observar que o uso da primeira pessoa do plural faz um amálgama entre a *voz do autor* e a *voz do senso comum* (na qual, explicitamente, se inclui a voz dos interlocutores textuais). Há uma implicação explícita do “outro-coletivo social” no discurso, a fim de dar maior sustentação à argumentação. Observamos que este texto já possui um perfil diferente dos textos do N1 analisados anteriormente, uma vez que a *voz social* implicada, mesmo que trazida pelas vias discursivas do senso comum, refere-se a um fato empírico — a manifestação “Ocupa Paraná”<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Manifestação de outubro de 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1963088222.pdf>. Acesso em 24 abr. 2020.



Embora o candidato não apresente *vozes de personagens* explícitas, é possível recuperar os fatos porque esses foram amplamente noticiados pela mídia jornalística. Ou seja, diferentemente dos outros artigos, que traziam vozes *genéricas/coletivas*, aqui, o autor traz um fato datado, mesmo que por vias do discurso do senso comum.

Ademais, constatamos que, diferentemente dos outros textos, que traziam *vozes de autoridade* (personagens, na classificação do ISD) simplesmente como “alegorias discursivas”, “argumentos para impressionar a banca”, T4 apresenta uma *voz de autoridade* para concluir o texto que dialoga de forma um pouco mais coerente com o fio argumentativo:

*Como cita em uma de suas frases o poeta e crítico literário americano Edgar Allan Poe “A própria simplicidade do assunto nos conduz ao erro”, portanto, apesar de ser algo aparentemente comum e cotidiano é preciso ser observado por nós enquanto sociedade, juntamente com o Estado, a fim de que possamos solucionar os problemas e apoiar as causas solidárias (T4-N2).*

Evidentemente, com ou sem a voz do personagem (poeta), a conclusão do artigo seria, em termos de posicionamento, a mesma. Entretanto, do ponto de vista enunciativo, ela é importante, pois revela as representações da situação comunicativa feitas pelo agente-produtor, nesse conflito entre *contexto real* e *virtual*. Que imagem de leitor de jornal-cidadão/vestibulando o acionamento dessa citação revela? Qual o impacto da intercalação de uma *voz de autoridade* da área literária nos outros leitores do jornal/banca de especialistas na língua/ensino? Ou seja, não há discurso neutro. Ele pode até ser incoerente do ponto de vista argumentativo, mas, com certeza, é fruto da ação de um sujeito situado, sócio-historicamente, numa determinada situação de interação comunicativa, como bem ressalta Bakhtin/Volochinov (1986, p.113): “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam, completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação”.

O T5, por sua vez, já inicia com a mobilização de uma *voz de personagem*, a do sociólogo Zygmunt Bauman, muito citado nos textos do gênero “artigo de opinião como redação de vestibular”:

*Segundo Bauman, sociólogo polonês, a falta de solidez nas relações sociais, políticas e econômicas é característica da ‘modernidade líquida’, vivida no século XX. O ativismo nas redes sociais, que atinge muitas pessoas no meio virtual, mas tem pouca efetividade no mundo real e causa muitas discussões, é exemplo disso (T5-N3).*

Aqui, percebemos que o acionamento dessa *voz de personagem* estabelece relações diretas com o restante do texto, uma vez que há a anáfora “exemplo disso” retomando-a e articulando-a com a *voz do autor* — fato que não ocorreu nos textos de níveis inferiores.

Na nossa análise do T5 identificamos, também, o uso de adversativas como uma estratégia enunciativa: são apresentadas evidências, muitas vezes pautadas em *vozes do senso comum* e, em seguida, uma adversativa para ressaltar a *voz do autor*:

[...] *Assuntos que necessitam de apoio da sociedade, como a extinção de alguma espécie ou a corrupção, encontram nas redes sociais esse apoio, conseguindo alcançar milhares de pessoas. No entanto, este apoio, concentra-se apenas no meio virtual, não conseguindo grande efetividade fora desse meio [...]*(T5-N3).

Na conclusão de T5 constatamos uma grande diferença, uma retomada das ideias trazidas pela *voz de personagem* citada no início: “*Para combater a liquidez citada inicialmente, e conter o avanço do ativismo apenas nas redes sociais, deve-se haver uma parceria entre o Governo e as Instituições que organizam o apoio a determinadas causas virtualmente [...]*” (T5-N3). Ou seja, a *voz de personagem* se torna peça importante na trama argumentativa do texto. Esse é um ponto que revela o diálogo, no sentido bakhtiniano, estabelecido com o *destinatário real* (a banca de correção das redações), uma vez que, em avaliações da escrita em grande escala, as partes introdutórias e conclusivas do texto tendem a chamar mais a atenção dos corretores (ponto este enfatizado, inclusive, em cursinhos pré-vestibulares).

O T6, embora tenha atingido uma nota superior aos demais, ainda inicia com expressões ligadas ao senso comum, o que mostra ser essa uma característica do gênero: “*É comum que as pessoas, ao avaliarem a relevância do mundo cibernético, se deixam influenciar unicamente pela grande expressividade de que esse universo parece ter [...]*” (T6-N3). Nesse texto há, também, a inserção de uma *voz de personagem* bastante citada nas redações de vestibular, a do escritor e filósofo Umberto Eco:

[...] *Por mais que Umberto Eco tenha acertado ao afirmar que as redes sociais deram voz aos imbecis, ainda assim não parece tratar-se de algo que vá reger completamente, ou universalmente, o comportamento dos indivíduos [...]*(T6-N3).

Percebemos que, nesse caso, o agente-produtor articula as ideias do personagem à sua argumentação, ou seja, não as insere somente para “impressionar a banca” ou concluir o artigo de uma forma mais “intelectual”, como detectado em alguns textos anteriores.

Outra constatação obtida na análise do T6 está ligada ao fato de o agente-produtor mencionar explicitamente o senso comum como uma *voz de personagem* responsável por aquilo que diz, citando-o de fato: “[...] *O senso comum fica apavorado com notícias de atrocidades que ganham destaque nas mídias, e proliferam mensagens de ódio a partir de seus comentários virtuais [...]*” (T6-N3). Ou seja, a imputação ao fato é diretamente relacionada ao senso comum e não “jogada” genericamente no discurso, o que torna o argumento mais consistente. Essa redação também explicita a *voz do autor*, por meio das estratégias do uso da primeira pessoa do plural e do modo imperativo (nesse caso, associado a um recurso interativo a mais, a oração exclamativa), recorrente, como vimos, na análise de outros textos do *corpus*:

[...] *No entanto, precisamos considerar que, por mais que estes casos tenham tido origem, em termos de mobilização, nas redes sociais, numa sede por justiça, não se trata de uma atitude nova. Ora, lembremos de Maria Madalena, a prostituta da Bíblia! [...]* (T6-N3).

Nesse excerto, é possível ver também uma estratégia de aproximação com o interlocutor, a partir do acionamento da *voz de uma personagem* bíblica “Maria Madalena”.

T6 também aciona, explicitamente, outras *vozes de personagens*: uma da música popular brasileira — “Geni e o Zepelim”, de Chico Buarque — e a outra de Antônio Candido, crítico literário brasileiro. Desse modo, é possível constatar que o agente-produtor não se concentra apenas nas citações clássicas das redações de vestibulares (filósofos, sociólogos, etc.), embora permaneça com ênfase em discursos prestigiados socialmente. Outra observação analítica em relação a T6 diz respeito ao uso de uma expressão que aparece em um dos textos de apoio da prova: “bolhas ideológicas”. Há um *decalque enunciativo* marcado,

na redação do candidato, pelas aspas: “[...] Quando o assunto é política, até intelectuais recorrem ao ciberativismo para agregarem indivíduos a suas ‘bolhas ideológicas’ [...]” (T6-N3). Outro recurso enunciativo encontrado nesse texto do *corpus* foi a mobilização de uma voz de personagem representada, genericamente, pelos “telejornais”: “Os telejornais já utilizam os números de compartilhamentos para expressarem a relevância das mobilizações” (T6-N3). A voz do jornalismo dá mais credibilidade ao que foi dito, se compararmos com o senso comum, quando se afirma algo sem nenhum tipo de sustentação. Porém, o fato de o agente-produtor trazer essa voz de forma genérica e vaga — sem especificar a quais telejornais se refere —, ainda fragiliza o discurso.

Diante das análises apresentadas, foi possível perceber algumas diferenças consideráveis entre os três níveis do *corpus*. No N1, textos com notas de 3,1 a 5,0, identificamos grandes dificuldades dos candidatos em mobilizar vozes secundárias para auxiliar na argumentação do texto, uma vez que eles se prendem a informações genéricas, advindas do senso comum, sem articulá-las às ideias centrais do texto. Nos textos com pontuação de 5,1 a 7,0 (N2), os candidatos ainda apresentam dificuldades em articular as vozes à trama argumentativa, mas é possível perceber certo avanço, pois, como vimos, embora ainda estejam presos à genericidade enunciativa, há a menção a fatos e/ou evidências reais para dar suporte à sustentação dos posicionamentos defendidos. Já no N3, textos aferidos em 7,1 a 8,5, constatamos a maior diferença, visto que os candidatos conseguem mobilizar diferentes vozes secundárias e estabelecer conexões entre elas e as ideias defendidas, fazendo com que o texto tenha maior coerência enunciativa e, conseqüentemente, uma argumentação mais sólida.

### Considerações Finais

Este trabalho, vinculado aos estudos de gêneros textuais como objeto/instrumento de ensino da língua, partiu de uma problemática voltada à avaliação da escrita em contexto de vestibular. Propusemo-nos a analisar a produção de artigos de opinião como redação de vestibular — tomados, por nós, como um gênero distinto do gênero de referência social, o artigo de opinião —, tendo como foco o *gerenciamento das vozes enunciativas*, a partir do ISD, o qual insere essa temática nos estudos sobre mecanismos enunciativos, trazendo à baila uma análise da mobilização, por vestibulandos, de vozes secundárias (vozes sociais, de personagens e do autor). Para o desenvolvimento da pesquisa, foram

selecionadas seis redações produzidas no vestibular da UENP no ano de 2018. A seleção do *corpus* procurou abranger textos que obtiveram notas variadas na correção, divididas em três níveis: N1) de 3,1 a 5,0; N2) 5,1 a 7,0 e N3) 7,1 a 8,5. Em decorrência dessa classificação, nossos objetivos foram expandidos, a fim de comparar como as *vozes secundárias* foram mobilizadas nos três níveis textuais.

A partir da análise do *corpus* selecionado, é possível concluir que existem diferenças consideráveis entre os três níveis de aferição. No N1 é muito comum a abordagem das *vozes sociais* do senso comum, tanto na introdução quanto no fechamento textual, o que leva a uma argumentação bastante frágil, pelo caráter de genericidade da fonte das afirmações. Nesse nível, verificamos que, mesmo quando há a inserção de uma *voz de autoridade*, essa é inserida somente como uma “alegoria discursiva” ou como “argumento para impressionar a banca”, pois ela não contribuiu efetivamente como suporte para as proposições apresentadas na trama discursiva. No N2, os candidatos continuam com dificuldades em articular as *vozes secundárias* às ideias em curso, mas é possível perceber certo avanço discursivo, porque, embora eles ainda estejam presos à genericidade original e ao senso comum, há o uso de evidências factuais para auxiliar na argumentação. Já os textos do N3, por sua vez, destacam-se dos demais, pois são artigos que conseguem mobilizar diferentes *vozes secundárias* e estabelecer conexões entre elas e fundamentar a tese defendida. Ou seja, a “qualidade” textual, aferida por meio de notas pela banca corretora do vestibular, parece se refletir no *gerenciamento das vozes enunciativas*, na trama argumentativa.

De modo geral, nossas análises têm mostrado que o artigo de opinião como redação do vestibular parece ter uma tendência de se distanciar do gênero de referência social, o artigo de opinião, e se aproximar, em muitos aspectos, da *redação escolar* (BRITTO, 2003) ou da redação do ENEM, que solicita a escrita de *texto dissertativo-argumentativo* e não de um gênero que circula socialmente. Evidentemente, como trazido no decorrer do nosso artigo, esse gênero não pode se equiparar, tal e qual, ao gênero de referência, já que funciona em outro contexto comunicativo, com parâmetros situacionais distintos. Entretanto, ao solicitar a escrita de um gênero com referência social, como é o artigo de opinião, com certeza, a universidade espera que o candidato elabore um texto com características semelhantes a tal gênero, caso contrário, ela poderia continuar privilegiando a escrita de “dissertações”, nos moldes da redação escolar, como acontecia nos concursos anteriores a 2014.

## Referências

- ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Org. e trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BARROS, E. M. D. de. A didatização do jornal impresso num contexto de formação docente. SIMELP – SIMPÓSIO MULDIAL DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2015, Lecce, Itália. **Anais...**UniversitadelSalento, 2015, p. 3953-3970.
- BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V. S.; MARINELLO, A. F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, vol. 7, n. 13, 2009. Disponível em: [http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_13\\_o\\_genero\\_textual\\_artigo\\_de\\_opinioao.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_o_genero_textual_artigo_de_opinioao.pdf). Acesso em: 27 abr. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa. Volume: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 1998.
- BRITO, L. A. N. O gênero redação de vestibular em foco. **Linguasagem**, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 1-20, 2016. Disponível em: <http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/256>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BRITTO, L. P. L. **Contra o consenso**: cultura escrita e participação. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- BONINI, A. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v.4, n. 1, p. 205-231, 2003. Disponível em: [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/263](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/263). Acesso em: 27 abr. 2020.
- BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Trad. Anna Rachel Machado e Maria Lucia Meirelles Matencio. Campinas, Mercado de Letras, 2006.
- BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2.reimpressão. São Paulo: EDUC, 2003.
- HASS, D. D.; GUIMARÃES, A. M. M. Redação de vestibular: um gênero de texto?. **RevistaEntrelinhas**, São Leopoldo, v. 8, n.1, p. 81-89, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/82/4275>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- KÖCHE, V. S. **Leitura e produção textual**: gêneros textuais do argumentar e do expor. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEMKE, J. L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 49, n. 2, p. 455-479, jul./dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132010000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132010000200009). Acesso em: 27 abr. 2020.

LOPES-ROSSI, M. A. G. A perspectiva dialógica para a leitura crítica de artigo de opinião em sala de aula. In: SEMINÁRIO O PROFESSOR E A LEITURADO JORNAL, 5., 2010. **Anais...** Campinas: UNICAMP, ALB, 2010.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PAVANI, C. F.; KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B. Redação de vestibular: gênero heterogêneo. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. v. 4, n. 6, p. 1-13, mar. de 2006. Disponível em: [http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_6\\_redacao\\_de\\_vestibular.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_6_redacao_de_vestibular.pdf). Acesso em: 27 abr. 2020.

RODRIGUES, R. H. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. 2001. 356f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, A. R. B.; HACK, J. R. As marcas lingüísticas da sequência argumentativa no gênero artigo de opinião. **CELLIP**, 19, 2009, Cascavel, Paraná. **Anais...** Cascavel, UNIOESTE, 2009.

SILVA, C. C. **Caracterização dos comandos de produção textual da prova de redação do vestibular da UEM**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

SILVA, E. M. S.; ARAÚJO, D. L. Redação no vestibular: efeito retroativo da noção de gêneros textuais. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 133-152, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645260>. Acesso em: 27 abr. 2020.

STRIQUER, M. D. S.; BARROS, E. M. D. de. O artigo de opinião como redação de vestibular: um olhar sobre a construção composicional do gênero. **Línguas e Letras**, Cascavel/PR, v. 21, n. 49, p. 197-215, 2020.

UENP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. **Vestibular UENP 2018**, Caderno de Questões, Prova 1, Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna – Espanhol – e Redação. 2018. Disponível em: [http://arquivo.vestibular.uenp.edu.br/vestibular/2018/site/docs/provas/prova\\_dia1\\_espanhol.pdf](http://arquivo.vestibular.uenp.edu.br/vestibular/2018/site/docs/provas/prova_dia1_espanhol.pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

WILSON, V. A redação no vestibular: um gênero híbrido. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.15, n.1, p. 87-112, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15411>. Acesso em: 27 abr. 2020.